



Rec
Apr
Editor I

Método de Avaliação:

A FRANÇA TROPICAL DO MARQUÊS DE POMBAL: a instrução francesa da América portuguesa

KATE CONSTANTINO PINHEIRO DE ANDRADE OLIVEIRA

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumo:

O ideal de civilização europeu e, sobretudo, da França, no final do século XVIII, se apresentava na América portuguesa com finalidade. Quando da vinda do príncipe regente e de sua corte para a cidade do Rio de Janeiro, em 1808, inicia-se o estabelecimento de um Estado iluminista na América portuguesa dando início a uma série de reformas administrativas; a pombalina. Sobre educação, na justificativa de instruir e de formar um corpo de milícias para a defesa da ameaçada costa, propõe a criação de uma instituição de orientação militar de modelo estrutural francês. Inspirada na Escola Real Militar da América portuguesa, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro se encarregaria de formar o perfeito militar, modelo iluminista: temente à Deus e útil aos propósitos do soberano.

Palavras-chave: Plano de Estudos. Escola Real de Paris. Academia Real Militar do Rio de Janeiro.

Résumé:

L'idéal de la civilisation européenne et, surtout, de la France, à la fin du XVIIIe siècle, se présentait en Amérique portugaise avec une finalité. Quand le prince et sa cour sont venus à la ville de Rio de Janeiro, en 1808, début le processus de création d'un État éclairé en Amérique portugaise commençant une série de réformes administratives; échos de la réforme de Pombal. L'éducation, avec la justification d'instruire et de former un corps de milices pour défendre la côte brésilienne, propose de créer une institution d'orientation militaire selon le modèle structurel français. Inspiré par l'École Royale de Paris, en Amérique portugaise, l'Académie Royale Militaire du Rio de Janeiro serait responsable de former l'homme des Lumières: craignant Dieu et utile aux fins du souverain.

Mots-clés: Plan d'étude. Ecole Royale de Paris. Academia Real Militar do Rio de Janeiro.

Introdução

Visando formar o cristão útil aos seus propósitos, e desejoso de colocar o Reino lusitano em condições políticas e econômicas que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras, o gabinete representado pela figura de Pombal, buscou modernizar o Estado português, reformulando medidas mais estratégicas para o seu almejado progresso: as Milícias de Terra e Mar, e a opção que levou à formação do "perfeito militar" (OLIVEIRA, 2006, p.36).

A Modernidade, no território europeu, foi marcada por um movimento de completa reformulação nas percepções entre o mundo, conhecido por Iluminismo. Acompanhado da Revolução Industrial e da Revolução Francesa (1789 – 1799), tais movimentos tinham a racionalização das relações humanas como lema. O Iluminismo, numa tentativa de explicar cientificamente o homem e sua interação com seus semelhantes e a natureza, combatia a crítica da autoridade, da tradição cultural.

razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos da sociedade. Esse movimento não aconteceu de forma toda Europa, possuindo a península Ibérica uma especificidade cultural e política de resistência às então modernas e complexidade, a questão do Iluminismo na Espanha e em Portugal possui interpretações distintas na historiografia, tendo no século XVIII seu conceito de modernidade associado ao período pombalino (OLIVEIRA, 2010).

Os que assim concebem o iluminismo português geralmente partem do pressuposto de que a ilustração, é algo acabado, quase uma essência, que tem seus modelos perfeitos na França de modo que, tratando-se de um fenômeno do centro europeu, não poderia ser bem sua periferia. Dessa forma, ignoram a condição de construção discursiva da ilustração e de seus fundamentos básicos, pela historiografia, literatura, filosofia e mesmo pelos documentos oficiais emitidos por absolutistas ou por déspotas esclarecidos (OLIVEIRA, 2010, p. 20).

Um dos eixos de ação da política iluminista portuguesa era a secularização das suas instituições de ensino, “[...] educação, passando a ser razão de Estado, adquiriu um caráter pragmático e até utilitário, uma vez que estava sob a administração do todo poderoso ministro de D. José I”, o Marquês de Pombal (NUNES, 2013, p. 11). A instrução pública portuguesa, a saber, foi pensada por ideais iluministas de progresso e perfectibilidade humanas, reconfigurando assim em busca da organização do Estado do Brasil quando da vinda do rei D. João VI e sua corte para a cidade e então metrópole portuguesa.

O ideal de civilização dos países europeus e, sobretudo, da França, se apresentava como uma finalidade, como uma meta a qual a nação brasileira deveria marchar, rumo a modernidade. Para o desenvolvimento de novas diretrizes, bem como sua aplicação, assume como personagem central das negociações o então ministro plenipotenciário do reinado de D. José I, de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782).

Quando o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro do rei D. José I, recebeu autorização para o desenvolvimento do Estado, ele criou diversas reformas que visavam tirar Portugal da situação em que se encontrava. Na época, a situação administrativa de Portugal passava por problemas que se agravaram com o terremoto de 1755. Uma das formas vistas por Pombal de tirar Portugal desta situação foram as reformas administrativas nos diversos setores, em especial na educação (SÃO JOSÉ, 2015, p. 10).

Com o ministro de D. José I, novas medidas foram tomadas na tentativa de afirmação da autoridade nacional. Peças do período pombalino discorriam sobre vários temas, dentre eles, questões referentes à administração religiosa e eclesial, atividades empresariais e a autoridade real na criação de impostos, a nova estrutura de segurança do Estado e a criação de um corpo militar, bem como sobre a estruturação da instrução pública em substituição ao ensino dos jesuítas. Todas essas reformas estavam encerradas em um grupo de leis públicas codificadas e sistematizadas, nomeadas hoje de legislação pombalina.

No Brasil, os ecos desta reforma legislativa ressoaram quando da vinda do príncipe regente e de sua corte para a cidade do Rio de Janeiro, em 1808, iniciando-se na prática o processo de estabelecimento de um Estado iluminista na América portuguesa: à educação, na justificativa de instruir e de formar um corpo de milícias para a defesa da ameaçada costa brasileira, e à criação de uma instituição de orientação militar e de modelo estrutural criado pelo rei francês Luís XV (1710 – 1774).

O modelo francês

A *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et de métiers, par une société de gens de lettres* [i], obteve uma reputação de livro maldito pela Igreja Católica por defender a razão como fonte de conhecimento, ocupou vinte e sete volumes de trabalho ininterruptos, primeiro de D'Alembert (1717 – 1783) e de Denis Diderot (1713 – 1784), depois apenas deste, com a colaboração de Jean le Rond d'Alembert e Jean-Baptiste de Machiavelli (1704 – 1779) (HOHLFELDT, 2009). Dos 71.818 verbetes e 2.885 pranchas ilustrativas, publicadas inicialmente com editoração concluída em 1765, na França, um, em particular, ocupa-se de questões relativas à instrução do militar francês de modelo para a instituição, na América portuguesa, da fundação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro.

Para a construção do verbete intitulado *École Militaire*, D'Alembert, organizador da primeira edição do *Tome Onzième* em colaboração com M. Paris de Meyzieu [ii], Diretor Geral dos Estudos e Intendente da Escola Real Militar de Paris no momento de sua inauguração. No acervo virtual da *Bibliothèque Nationale de France* está o texto da trigésima nona edição do décimo primeiro volume da obra, publicado em 1777, ano de início dos consórcios internacionais de editoração que “[...] disseminaram por toda a Europa, a Rússia, a Dinamarca e a Itália; de onde viajam para a China, a América do Sul e os Estados Unidos” exemplares com o texto original (HOHLFELDT, 2009, p. 16).

No verbete assinado por Meyzieu, a concepção de instituição de ensino militar é definida pelas diretrizes da Escola Real fundada pelo rei Luís XV em 1751, mesmo ano de publicação da primeira edição da *Encyclopédie*. Desde sua criação, exemplo em organização e ensino dispensados, com vistas em uma educação de princípios baseados no ideal iluminista da ciência e da razão humanística, a Escola Real Militar de Paris destinava-se à instrução da mocidade nobre francesa, consagraram seus dias e suas vidas a este serviço.

Em sua introdução, o autor situa o leitor quanto às origens da educação militar. Meyzieu afirma que este não era recente, pois os gregos e os romanos já cultivavam o espírito e o corpo para a defesa de seus territórios. Assim, eles praticaram a guerra, seja em disputas com nações vizinhas, seja em conflitos particulares, obrigando a nobreza a cuidar e denominou por “arte da guerra”. Ele explica que esta arte se tornou complexa ao longo da história e que suas operações tornaram-se cada vez mais elaboradas, exigindo uma estruturação de suas teorias, que serviriam de base para toda sua prática.

Na França, algumas iniciativas de criação de escolas militares já haviam sido lançadas antes da criação da Escola Real Militar. A primeira a ser lembrada por Meyzieu é o projeto apresentado pelo cardeal Mazarin para a criação de uma espécie de escola no qual seriam ensinados os exercícios do corpo para a arte da guerra. Este instituto tornou-se o Colégio Mazarin^[iii], em 1671, tendo sido fundada a primeira cadeira de Matemática (DIDEROT; ALEMBERT, 1777). Outra propositura partiu de M. de Choiseul, que tinha a intenção de estabelecer no *Hôtel Royal des Invalides*, uma escola própria para a formação dos jovens militares.

O plano de criação de uma escola militar se fazia necessário e o projeto apresentado pela Marquesa de Pompadour, como então rei da França, agradou o soberano, que, em janeiro de 1751, criou a Escola Real Militar de Paris. A tarefa não era fácil, pois a educação, este ramo precioso da sociedade não possui leis escritas; elas são depositadas nas mãos dos sábios que sabem o melhor uso, sem deixar aprofundar o espírito^[iv] (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 757, tradução nossa). A criação da Escola Real Militar de Paris tinha por objetivo a formação de militares, com uma instrução dirigida ao espírito e ao corpo, na forma da arte militar.

A cultura do espírito consiste principalmente no cuidado particular de instruir apenas empregando os meios mais abastados e indicados às disposições que se encontram. O corpo precisa de uma atenção menor; e a este respeito devemos admitir que somos bastante inferiores, não só aos Gregos e aos Romanos, mas também à nossos ancestrais, cujos corpos eram melhores estando mais preparados para a guerra que os nossos (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 757, tradução nossa).[v]

Além do espírito e do corpo, a educação religiosa foi também concebida como parte importante da formação militar francesa, confiada ao arcebispo da cidade, que determinava as horas e a duração das orações, do catecismo e geralmente de todos os exercícios espirituais que iniciavam as atividades diárias, assim como eram confiadas aos doutores da Sorbonne as demais instruções (DIDEROT; ALEMBERT, 1777). A Engenharia e a Artilharia eram para Meyzieu as duas mais importantes bases teóricas dessa “arte do combate” que, somadas aos demais conhecimentos científicos então disponíveis, formariam o perfeito militar.

A gramática, as línguas francesa, latina, alemã, e italiana, as matemáticas, o desenho, a artilharia, a geografia, a história, a lógica, um pouco de direito natural, muito de moral, as ordens, a teoria da guerra, as evoluções; a dança, a esgrima, a equitação, e suas partes, são os objetos da *escola real militar* (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 759, tradução nossa).[vi]

Sobre o ensino de língua, a instrução da Gramática se fazia necessária tanto para a vernácula como para as outras línguas, a latina, alemã e italiana. Uma vez aprendido os princípios da língua materna, aplicando o exemplo ao aluno facilmente o exemplo, este começava então a perceber o que havia de comum entre os princípios da Gramática Francesa e das Gramáticas Latina, Alemã e Italiana. Sobre a prática de ensino destas, depois de terem sido lançados os primeiros fundamentos gramaticais e de terem sido feitas as analogias e diferenças entre as outras línguas ensinadas, de terem sido estabelecidos princípios comuns às línguas e as características particulares de cada uma, o uso da língua escrita e falada era visto como a maneira de aquisição de uma língua para um militar. Assim, o alemão e o italiano eram ensinados pela escola com um pouco de mais, pois justificavam-se como saberes necessários às práticas diplomáticas quando em serviço do Estado em missões no exterior.

Após a apresentação das disciplinas que cultuavam o espírito dos alunos como a Matemática, a Geografia e o Direito, comentários são feitos no verbete *École Militaire* sobre os exercícios indicados para se possuir um “corpo robusto, vigoroso”, sendo elencadas como disciplinas a Dança, a Esgrima, a Natação e a Equitação para a formação dos jovens oficiais.

Inspirado neste modelo de instituição que visava a formação do perfeito militar, Portugal buscou criar em Lisboa portuguesa um estabelecimento de instrução militar que permitisse colocar o reino lusitano em igualdade com a nação m Europa.

O arquétipo francês

Um dos colaboradores do projeto do Estado pombalino em Portugal e no Brasil foi o intelectual e militante político Luís (1713-1792), que muito contribuiu no campo da educação. No Brasil, os rumores desta reforma ressoaram quando da regente e de sua corte para a cidade do Rio de Janeiro, em 1808, iniciando-se na prática o processo de estabeleciment iluminista na América portuguesa. No que se refere à educação, na justificativa de instruir e de formar um corpo de defesa da ameaçada costa brasileira, foi proposta a criação de uma instituição de orientação militar que tinha por dir apresentado na obra de Verney: *o Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja, proporcion. necessidade de Portugal*, obra que aborda o vasto e ambicioso plano de reforma do ensino em Portugal e seus don vários níveis e nos seus diversos setores, tendo seus ecos repercutidos no Brasil.

Publicada em 1746, anos antes da primeira edição da *Encyclopédie*, esta obra repercute as ideias revolucionárias c exemplo da concessão da possibilidade de estudos àqueles que anteriormente não se enquadravam na estrutu nomeadamente aos nobres, que deveriam ter os seus próprios colégios, bem como às mulheres, que agora teriam acess

Marcada pela crítica ao método de ensino vigente realizado pelos padres jesuítas, a obra de Verney introduziu na histó de Portugal e seus domínios uma nova lógica pedagógica. Segundo Verney, a área do conhecimento mais vanguardi das Línguas, propondo para a formação desses jovens além do estudo das Línguas Clássicas, o conhecimento das Líng O ensino de português passou a ser defendido como essencial para qualquer estudo posterior, sendo por Verne necessidade de valorização da sua própria língua, “tratando-a bem, lendo bons autores e acima de tudo, não ut estrangeiros, quando existissem equivalentes em sua língua nativa” (VERNEY, 1746, p 32). Assim, para além das re ensino de línguas apresentadas por Sanches, a importância dada ao ensino de português é defendida por Verney em v. de seu discurso, principalmente quando trata do ensino de outras línguas que, segundo ele, “[...] se deve explicar na homem sabe” (VERNEY, 1746, p. 48).

Verney também nos diz que o conhecimento apenas do Latim não é mais suficiente para acompanhar o mundo em fer qual vivia. Começava então a ganhar o espaço do Latim as chamadas Línguas Vulgares[vii], Vivas ou Modernas.

No ‘apêndice II da Carta Primeira’, Verney justifica a necessidade e a importância do estu Vivas nos mesmos termos de Martinho de Mendonça, mas opta pelo ‘francês ou italiano’, pois se tem composto em todas as Ciências, de que não temos traduções latina’. Seguindo ‘ingleses, holandeses, franceses, alemães, etc.’, o autor descartava a exigência da ap Gramática Latina para se ter acesso à Ciência, pelo grau de dificuldade enfrentado pelos prática da tradução dos livros ingleses e franceses, argumentava, citando o caso dos ‘Transr possível, com o tempo, compor originalmente (OLIVEIRA, 2006, p. 272-273).

O ensino de Línguas Modernas, em especial, do francês, e sua boa compreensão, tornaram-se, pois, necessários na maior integração na comunidade acadêmica internacional tendo em vista que os livros mais atualizados estavam escritos nações ilustradas como a França, por exemplo. Estas ideias só viriam ser reveladas no reinado de D. José I, que mai decisivo tempo para o ensino em Portugal e no Brasil.

Assim como no caso português, no Brasil, os Estatutos da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, publicados pela Ca de dezembro de 1810, concebiam o caráter ornamental das Línguas Clássicas como incompatível com o atual sécul sendo por isso justificado o ensino das Línguas Modernas como um instrumento de acesso ao conhecimento científico momento do ingresso na Academia, os discípulos que possuíssem o seu conhecimento, segundo o Título Quarto do d criou, seriam preferidos aos que não possuíssem tal conhecimento.

Os discípulos que quiserem ser admitidos, se dividirão nas duas classes de obrigados e vo os primeiros como os segundos, serão obrigados a pedirem a sua admissão á Junta Milita proceder ao exame do que sabem em arithmetica; sendo todos obrigados a terem ao men idade, e a darem conta das quatro primeiras operações, sem o que a Junta não poderá conc admissão. Os que souberem a lingua latina, grega, e as linguas vivas, occuparão os primei

aulas, e serão os seus nomes postos nos primeiros logares nas listas que se publicarem da : quando forem depois despachados, terão preferencia na mesma antiguidade. Os obrigados : praça de Soldados e Cadetes de Artilharia, e terão a preferencia em todos os exercicios mesmas aulas, sendo chamados a dar lição, e a todas as explicações; o que com os voli praticará com tanto rigor, excepto com aquelles que mais se distinguirem pela sua applic (BRASIL, 1810, p. 232).

Considerações

Na tentativa de imitação da *manière de vivre* francesa, o uso da língua francesa passa a ser regra nas cortes europeias, e como veículo de acesso aos códigos de civilidade. A língua francesa, segundo Hazard (1971), assumia, pois, o s universal e, ao cruzar o Atlântico, seus valores culturais passaram a fazer parte também da vida brasileira. Conforme Hall

[...] uma preferência por modelos franceses em todas as esferas da vida brasileira vi constantemente desde fins do século XVIII. A teoria e a prática políticas eram dominadas francesas: a arte estava sendo confiada deliberadamente a professores franceses (especial ligados à missão artística de 1816); a literatura brasileira era quase inteiramente inspirada mesmo os costumes sociais extremamente conservadores do país estavam sendo lentamente pela admissão generalizada de que a França era a única nação civilizada no mundo ocidental (2005, p. 146).

Vale a pena enfatizar o fato de que, para a instrução destes oficiais do comando do Exército, para além de uma instrução baseada no ensino das Matemáticas, da Engenharia, mas também literária se fazia necessária, pois somente esta ficava detentores de perfeita razão. Assim, seguindo o modelo francês, na América portuguesa, a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro trouxe esta novidade em seu Plano de Estudos: um currículo de base nas Ciências Matemáticas, bem como o ensino de estudos das Línguas Francesa, Italiana e Inglesa como matérias usuais no ensino das Humanidades.

Este tipo de instrução, segundo Chervel e Compère (1999), tem origem na Grécia. Baseada, de um lado, no conhecimento de outro, essa instrução é apoiada em textos vindos de uma longa tradição no estudo da língua, útil à comunicação e à performance de um oficial modelo de força e inteligência. Com isto, percebe-se que a proposta de instrução do povo português por Verney em sua influente literatura assim como o texto de lei que cria a Academia Real Militar do Rio de Janeiro são essas duas vertentes educacionais iluministas que visavam à construção de um tipo especial de homem. Este, desse modo, instruído numa educação apoiada em uma longa tradição, oriunda da antiguidade clássica e voltada majoritariamente para o domínio da língua e o controle da palavra, mas também ser orientado para o domínio e controle das técnicas militares, para o conhecimento científico com o qual ingressaria no mundo profissional.

[i] Seu título completo e traduzido para o português é *Enciclopédia ou dicionário raciocinado de ciências, de artes e de letras por uma sociedade de gente de letras*. Disponível em: <http://institutions.ville-geneve.ch/fr/bge/>

[ii] Jean-Baptiste Paris de Meyzieu (1718 – 1778) foi um bibliófilo francês da abastada família dos irmãos Paris. Antigo membro do Parlamento, ele reuniu uma rica biblioteca cujo catálogo foi impresso em Paris em 1779 com o título *Bibliotheca elegans* (HOEFER, 1862, p. 208).

[iii] “O cardeal Mazarin, querendo perpetuar seu nome como seu antecessor havia feito ao fundar a Sorbonne, mandou sua enorme fortuna, em meados do século 17, o Colégio das Quatro-Nações, também conhecido como Colégio Mazarin. Esta instituição faz referência às quatro regiões incorporadas à França como decorrência dos Tratados da Westfália, assinados, respectivamente, em 1648 e 1659. Sessenta estudantes dessas quatro nações (vinte de Flandres, Artois e Luxemburgo; quinze da Alsácia e outros territórios alemães; dez de Roussillon, Conflent e Cerdagne e quinze do Pignoneiro), provenientes de famílias nobres, teriam bolsas garantidas para estudar, sob o regime de internato, na instituição. Sob Napoleão, sendo seu prédio, uma das mais notáveis construções à margem esquerda do Sena, defronte ao Louvre, foi fundado em 1795 pelo Instituto da França, que reúne as Academias Nacionais Francesas (Babelon, 2001). Segundo Poirier (1996), a fundação do Colégio, que ocorreu no início da década de 1660, o número desses estudantes bolsistas foi reduzido para 100 alunos, não só os nobres das nações incorporadas, começaram a ser admitidos” (GARNICA; GOMES; ANDRADE, 2013, p. 10).

[iv] Texto original : «L'éducation, ce lien si précieux de la société, n'a point de lois écrites ; elles sont déposées dans les livres, et il faut en faire le meilleur usage, sans en laisser approfondir l'esprit» (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 757).

[v] Texto original : «La culture de l'esprit consiste principalement dans un soin particulier de ne l'instruire que de ce qui est utile» (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 757).

n'employant que les moyens les plus aisés, & proportionnés aux dispositions que l'on trouve. Le corps ne mérite pas une grande ; & à cet égard il faut avouer que nous sommes bien inférieurs, non-seulement aux Grecs & aux Romains, mais ancêtres, dont les corps mieux exercés, étoient plus propres à la guerre que les nôtres» (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p [vi] Texto original : « La grammaire, les langues françoise, latine, allemande, & italiennne; les mathématiques, le d l'artillerie, la géographie, l'histoire, la logique, un peu de droit naturel, beaucoup de morale, les ordonnances militaires, guerre, les évolutions; la danse, l'escrime, le manege, & ses parties, sont les objets des études de *l'école royale milita* ALEMBERT, 1777, p. 759).

[vii] O ensino das Línguas Vulgares, Vivas ou Modernas, a exemplo do francês, opunha-se ao modelo de instrução bas das Línguas Clássicas, como o latim e o grego, por exemplo.

Referências

BRASIL. Carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810 – Crêa uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro **Leis Do Império Do Brasil de 1810**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 1, 1891, p. 232. I <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-publicacaooriginal> Acesso em: 24 out. 2014.

CHERVEL, André ; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. Tradução: Circe Maria Fernandes Bittenc **e Pesquisa**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149 – 170. 1999.

DIDEROT, Denis; ALEMBERT, Jean Le Rond d'. **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et de une Société de gens de lettres ; mis en ordre et publié par M. Diderot, et quant à la partie mathématique, par M. c** Genève: Chez Pellet imprimeur-libraire, Tome Onzième, 1777. Disponível em: http://www.e-rara.ch/gep_r/content/pag Acesso em: 03 ago. 2014.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti; GOMES, Maria Laura Magalhães; ANDRADE, Mirian Maria. A instrução pút revolucionária: considerações a partir do *Essais Sur L&39;enseignement En General Et Sur Celui Des Mathématiques E* Sylvestre-François Lacroix.. **História da Educação (Online)**. Porto Alegre, v. 17, n. 39, jan./abr., p. 129 – 151. 2013. <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v17n39/a08v17n39.pdf>. Acesso em: 01 agos. 2014.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. Sua história. São Paulo: EDUSP, 2. Ed., 2005.

HAZARD, Paul. **Crise da consciência europeia**. Tradução: Oscar de Freitas Lopes. Lisboa: Cosmos, 1971.

HOHLFELDT, Antonio. O projeto da Enciclopédia e seus desdobramentos sobre a liberdade de imprensa. In: **O Século d** herança para todos. Porto Alegre: Tomo Editorial/ Editora Movimento, 2009.

NUNES, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes. **A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772**. São Cr UFS, 2013.

OLIVEIRA. Luiz Eduardo. **A instituição do ensino das Línguas Vivas no Brasil**: o caso da Língua Inglesa (1809-189 Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP. D http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.phpcodArquivo=2255. Acesso: 05 jun. 2014.

_____. A invenção da tradição e o mito da modernidade: aspectos principais da legislação poi ensino de línguas. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas**: suas implicaçõe brasileira (1757 – 1827). Maceió:EDUFAL, 2010. p. 13 – 48.

SÃO JOSÉ. **As armas e as letras inglesas: a instrução militar e o ensino de inglês na corte do Rio de Janeiro** 2014. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Sergipe – SE. D https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/defesas.jsflc=es_ES&id=136. Acesso: 01 jul. 2014.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de estudar**. Valensa: Na Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: h Acesso em: 30 ago. 2014.

